
QUESTÃO AGRÁRIA, LUTA DE CLASSES E TRABALHO NO BRASIL (DIÁLOGO POLÊMICO E NECESSÁRIO)

THE AGRARIAN QUESTION, CLASS STRUGGLE AND LABOR IN BRAZIL (CONTROVERSIAL AND NECESSARY DIALOGUE)

LA CUESTIÓN AGRÁRIA, LUCHA DE CLASES Y TRABAJO EM BRASIL (DIÁLOGO POLÊMICO Y NECESARIO)

Antonio Thomaz Junior¹
thomazjrgeo@fct.unesp.br

Resumo

A questão agrária e a luta de classes, situadas no âmbito das expressões do trabalho, nos possibilita entender o quanto é imprescindível e necessário priorizar nas nossas análises os mecanismos de controle e dominação. Os tensionamentos e as polêmicas estão no cerne da ampliação do empoderamento e/ou na legitimação do poder de classe, especialmente aqueles que ainda invadem terras públicas, reservas, áreas protegidas, como os latifundiários, pecuaristas, testas de ferro de industriais/especuladores, grileiros etc., aliançados com os setores do capital (agroindustrial, financeiro, fictício, especulador, minerador), os quais, juntos, protagonizam o desenvolvimento destrutivo das forças produtivas capitalistas. É por isso que se considerarmos que a questão agrária contempla não somente aspectos produtivos, com base nas técnicas de produção, meios de produção, insumos, mas também a estrutura fundiária, os mecanismos de acesso à terra, a propriedade privada, os circuitos de produção, distribuição, circulação e consumo final, portanto, é imprescindível que a entendamos como um tema vivo na nossa sociedade, e que esteja nucleada no âmbito da luta de classes.

Palavras chave: trabalho; luta de classes; questão agrária; território.

Abstract

The agrarian question and the class struggle, located within the expressions of the work, enable us to understand how it is essential and necessary to prioritize the mechanisms of control and domination in our analysis. The tensions and controversies are at the heart of empowerment enlargement and / or legitimacy of class power, especially those who still invade public lands, reserves, protected areas, such as landowners, ranchers, iron foreheads of industrial / speculators, squatters etc., with the alliance of capital sectors (agribusiness, financial, fictitious, speculator, miner), which together protagonist the destructive development of capitalist productive forces.

That's why, if we consider that the agrarian question includes not only productive aspects, based on production techniques, means of production, inputs, but also the land structure, land access mechanisms, private property, production circuits, distribution, circulation and final consumption, therefore, it is essential that we understand it as a living subject in our society, and that is nucleated within the class struggle.

Keywords: work; class struggle; agrarian question; territory.

Resumen

La cuestión agraria y la lucha de clases situadas en el ámbito de las expresiones del trabajo, nos posibilitan entender lo imprescindible y necesario de enfocar nuestros análisis hacia los mecanismos de control y dominación. Las tensiones y polémicas en este ámbito se concentran en la expansión del empoderamiento y/o legitimación del poder de clase, especialmente de aquellas fracciones que actualmente invaden tierras públicas, reservas, áreas protegidas, como los latifundistas y ganaderos, cabezas visibles de industriales/especuladores, grilleros, etc., que a su vez están asociados con sectores del capital (agroindustrial, financiero, ficticio, especulador, minero), los cuales, protagonizan

¹ Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da FCT//UNESP/Presidente Prudente; Membro do Programa de Pós-Graduação em Geografia/IPPRI/UNESP; Pesquisador PQ-1/CNPq; Coordenador do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT); e do Coletivo CETEAS de Pesquisadores (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde). Mais informações: www.fct.unesp.br/ceget www.cetas.com.br.

el desarrollo destructivo de las fuerzas productivas capitalistas. Es por esto que si consideramos que la cuestión agraria contempla no solamente aspectos productivos con base en las técnicas de producción, medios de producción, insumos, tendremos en cuenta que, también está compuesta por la estructura de la propiedad, los mecanismos de acceso a la propiedad de la tierra, la propiedad privada, los circuitos de producción, distribución, circulación y consumo final. Todo esto hace imprescindible que la entendamos como un tema vivo en nuestra sociedad, que está nucleado en el ámbito de la lucha de clases.

Palavras chave: trabalho, luta de classes, questão agraria, território.

INTRODUÇÃO

No século XXI, há lugar para a questão agrária? Para alguns, somente o desenvolvimento pleno do capitalismo (industrial) seria capaz de criar as condições para a construção e passagem para o socialismo. Isto é, depois da revolução burguesa, viria a revolução operária ou sob o controle do operariado, e o triunfo do socialismo. Se ficarmos somente em torno da atualidade da questão agrária, nesses meados da segunda década do século XXI, já teremos muitos elementos para contrapormos a essas pré-definições e debatermos esse tema, sobretudo devido à carga que lhe cabe, quando ponderamos os efeitos devastadores da "modernização" da agricultura, via *Revolução Verde*, a partir dos anos 1950, para os produtores familiares e camponeses.

A revolução produzida pelas técnicas, pela adoção dos insumos físico-químico-mecânicos, ocorreu de modo excludente e concentrador, evidenciando impactos na distribuição e acesso à terra, nos processos de trabalho e nas relações de emprego, bem como na vulnerabilidade e na percepção do risco a que estão expostos os trabalhadores e comunidades do entorno, sem contar a fragilização dos vínculos de identidade com o território, o que induziu processos migratórios definitivos e o desterreamento de milhões de homens e de mulheres, os quais se dirigiram, na maioria dos casos, para os centros urbanos.

Esse exercício ensaísta propõe-se refletir posicionamentos e referenciais que comparecem e os que não se fazem presentes, em torno da questão agrária, no Brasil, enquanto dimensão central da luta de classes, ao nosso olhar. Resultados de pesquisa individuais e coletivas, sob orientação e coordenação, buscas e levantamentos bibliográficos e aprendizados obtidos e possibilitados em função do convívio direto e indireto com pesquisadores que também se debruçam sobre a questão agrária, no Brasil, os quais fazem desse tema objeto primeiro de suas investigações, nos têm guiado a estabelecer as principais linhas do diálogo polêmico, necessário e imprescindível em que haveremos de continuar apostando, com base nas pesquisas vindouras, bem como nos ensaios etc.

Há reforma agrária sob controle dos trabalhadores, ou reforma agrária popular e acesso democrático das terras? Há garantia de alimentação em quantidade adequada e qualidade aceitável para todos, sob os preceitos da segurança alimentar, e fundamentada na soberania alimentar? A produção de alimentos está vinculada à organização familiar camponesa? A terra cumpre sua função social, conforme o artigo 184 da Constituição Federal e ambiental (artigo 186), conforme prescrito na Carta Magna? As comunidades tradicionais, as reservas e áreas protegidas são respeitadas? Há registros de descumprimento das relações trabalhistas, no caso dos trabalhadores contratados por parte do patronato? Ou, ainda, formas assemelhadas de trabalho escravo ou cativo fazem parte desse ambiente laboral?

Esse rol de questões nos abre um campo fértil de reflexões, para associarmos o que pede o tema central: questão agrária e luta de classes. Portanto, esse eixo de reflexões não exige que nos fixemos em paradigmas ou nomenclaturas paradigmáticas que pré-definem o edifício social, contraditório por excelência. O que sabemos é que, no Brasil, há disputas e tensionamentos internos aos setores do capital (agroindustrial, financeiro, fictício, especulador, minerador), os quais estão no cerne da ampliação do empoderamento ou na legitimação do poder de classe, especialmente aqueles que ainda invadem terras públicas, reservas, áreas protegidas, em várias regiões do país, como os latifundiários, pecuaristas, testas de ferro de industriais/especuladores, grileiros etc., protagonistas do desenvolvimento destrutivo das forças produtivas capitalistas, expressões concretas do sociometabolismo do capital.

Nota-se, diante das evidências, que a questão da terra permanece como tema vivo e, apesar de esse assunto ser polêmico e não receber a devida atenção dos órgãos de fomento à pesquisa e, em decorrência, ser alvo de indefinições e dos pactos de classe que estão na base da gestão pública, nas diferentes escalas da administração, no Brasil, a perseverança dos movimentos sociais envolvidos na Luta pela Terra ocupa lugar central no protagonismo das ações de resistência, juntamente com pesquisadores que elegeram esse tema como objeto de investigação e da militância.

Todavia, estamos aprendendo com os casos pesquisados e as informações a que temos tido acesso, através de outros estudos, o quanto rico e desafiador é esse assunto, no Brasil do século XXI, ou seja, a interação entre processo social e a questão da terra faz emergir problemas centrais em torno da estrutura social, da identidade política dos homens e das mulheres que se inserem nas diferentes formas de inserção e relações de trabalho, as quais expressam conteúdos geográficos específicos, na dinâmica territorial dos conflitos e embates de classe.

O MOVIMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA E O MOVIMENTO DA LUTA DE CLASSES

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária, no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com ações violentas, perseguições, mortes, sendo, pois, em poucos casos, a parte comprometida do Ministério Público tem denunciado e levado adiante ações contra grileiros, grupos de extermínio etc. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma *guerrilha civil* sem reconhecimento e, assim, o país prossegue liderando as estatísticas dos conflitos e violência no campo. Dessa forma, a luta para permanecer na terra, assim como para entrar, ou seja, a luta pela terra, é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária no Brasil, no âmbito da luta de classes.

Seria o mesmo que dizer que a questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra, pelo acesso e permanência na terra. Não somente porque, nos últimos anos, a imprensa internacional resolveu enfatizar a diminuição da área de plantio de alimentos, em detrimento do cultivo de matérias-primas utilizadas na produção de agrocombustíveis, que, na verdade, não está revelando nada de novo, porque, mesmo não sendo notícia e não ocupar o horário nobre da televisão, a fome e suas irmãs siamesas, as desigualdades materiais entre os seres humanos e o modelo de produção estruturado na produção voltada para a exportação, têm produzido sérios danos à saúde e à vida de bilhões de homens, mulheres e crianças, em todo o mundo.

Se estamos associando questão agrária e luta de classes, seguramente nossa opção analítica deverá mostrar exatamente o movimento contraditório que faz com que essa formulação se explicita e, possivelmente, qual sua dinâmica geográfica diante das complexas tramas sociais que envolvem disputas territoriais. Será que são movimentos distintos? A questão agrária e a luta de classes não fazem parte do mesmo movimento da sociedade? Se associássemos a essa definição um dos principais argumentos utilizados pelo capital e setores que estão empoderados na concentrada estrutura fundiária, qual seja, a opção pela via da produção em grande escala, à base da monoculturação, poderá ser a saída para a produção de alimentos, sem que se aposte em outro formato (DELGADO, 2001). Apesar de ter alcançado marcas quantitativas expressivas (140 milhões de toneladas), não respondeu a dois pré-requisitos sustentados pelos seus defensores: preços dos alimentos compatíveis ao poder de compra dos consumidores finais e eliminação gradual dos famintos. Talvez, na escala europeia, esses anúncios tenham sido

cumpridos, porque, nos países que orbitam na periferia do sistema, tais como o Brasil, isso não se concretizou.

Se considerarmos que a questão agrária contempla não somente aspectos produtivos, com base nas técnicas de produção, meios de produção, insumos, mas também a estrutura fundiária, os mecanismos de acesso à terra, a propriedade privada, os circuitos de produção, distribuição, circulação e consumo final, portanto, os preços, a seletividade do mercado, quanto aos segmentos sociais que consomem e não consomem, é imprescindível que a discutamos e a entendamos como um tema vivo na nossa sociedade. E mais, que esteja nucleada no âmbito da luta de classes.

Continuar acreditando que o mercado é a saída para resolver o abastecimento de alimentos é ignorar que esse mecanismo exige que os consumidores tenham renda satisfatória, e isso não está disponível para a maioria dos trabalhadores (STÉDILE, 2008). É por isso que a questão da terra, em nosso país, além de ser um tema de complexa amplitude geográfica, requer nossas atenções nas mediações específicas para cada assunto que a compõe. A começar pelos mecanismos de expulsão e expropriação das comunidades tradicionais, patrocinadas pelos setores dominantes, seja o capital imobiliário (especulador) urbano ou rural [latifundiários, consorciados ou não aos interesses madeireiro, extrativista/minerador (garimpos, exploração de minérios em larga escala), monocultor (pastagens, soja, cana-de-açúcar), seja o capital agroindustrial. Independentemente do agente destrutivo que esteja desfechando golpes sobre os territórios de resistência e das formas de vida comunitária, depreendemos que não basta diagnosticar, por exemplo, que as áreas de Cerrado ou que esse bioma esteja sendo devorado pelas (mono)culturas de exportação, altamente mecanizadas, pelos garimpos, pecuaristas ou madeireiras, enfim, práticas altamente impactantes para o meio ambiente.

Temos que principiar e fundamentar essa explicação, destacando, sobretudo, as relações de trabalho, as formas de vida, de organização e o conteúdo comunitário que nessas terras também estão sendo destruídos, ou que estão conseguindo resistir. E seja ainda o revés, as comunidades camponesas, as famílias se reaglutinando e ocupando terras, abrindo posses em outras regiões ou, ainda, se organizando em torno dos movimentos que reivindicam e ocupam terra para quebrar a cerca do latifúndio e confrontar poder (THOMAZ JUNIOR, 2008). Ou mesmo o próprio capital/latifúndio recriando o campesinato, a partir da abertura de pastagens, exemplos de integração etc. Senão, como justificar que o número de posseiros, ao invés de diminuir, cresce no Brasil?

Chama a atenção o fato de que essa formulação reúne em torno de si setores da intelectualidade e da militância política de diferentes tendências, desde os moderados,

conservadores e os de direita, abarcando igualmente setores da esquerda, particularmente os dogmatizados. Eis os limites que se apresentam no seio da questão da terra, no Brasil: ter suficientemente claro, no âmbito dos setores progressistas e de *esquerda*, que pensar e agir para além do capital, considerando as diferentes visões/avaliações do conteúdo da classe trabalhadora brasileira, ainda é um processo em construção.

Mas há, além das disputas por mercados, consumidores, também a dimensão ideológica. *Requintes de sapiência* se manifestam, quando se concede aos setores ligados a agroindustrialização ou ao *agrobusiness* o *status* de fazer parte do modo industrial de produção, e aos setores ligados à estrutura familiar, *como aspirantes ao convívio sadio com o mercado* e, no contexto do sistema de trocas, poder sobreviver, alcançando índices aceitáveis de produtividade e competência administrativa, não cabendo, portanto, aos demais segmentos do campesinato, qualquer destino, senão que se mantenham perdulários, confinados aos bolsões de pobreza e inviáveis economicamente, atrasados, desidentificados política e socialmente do campo etc. Quando muito, objeto das políticas compensatórias, aliás, fundamentação revitalizada desde meados da década de 1990 e fortalecida na gestão Lula.

A despeito das redefinições e dos novos formatos organizativos presentes no cenário político sindical, mas, sobretudo, dos movimentos sociais em referência à luta pela terra como um dos elementos da questão agrária, se retrocedermos somente ao início dos anos 1980, poderemos reunir informações e referências para pensar temas atuais.

Se a existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde final de 1979, põe em cena a necessidade da ocupação do latifúndio improdutivo, do enfrentamento com as oligarquias agrárias encasteladas, com setores da burguesia que também se empoderaram para especular, podemos admitir que a história recente do Brasil começou a ser reescrita pela ação dos movimentos sociais (FERNANDES, 1996). Na atualidade, pois, pelos protagonistas do processo de luta, é representada igualmente por outras organizações que compareceram ao longo do período, produto ou não de “rachas”, e com o papel decisivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Luterana, no Paraná, especialmente na década de 1980, e de um sem número de apoiadores (pesquisadores, estudantes, políticos, clérigos etc.).

Perseguições, mutilações, mortes, criminalização não foram suficientes para calar os milhões de brasileiros que foram engrossando as fileiras dos Sem Terra, aos *quatro cantos do país*, fazendo da ocupação, da resistência e da vontade de produzir na terra algo que se materializou em bandeira de luta por décadas. Aliada à ascensão das lutas sindicais da primeira metade dos anos 1980, a questão agrária ganhou destaque ainda pelo lado dos trabalhadores assalariados, via de regra desamparados das leis trabalhistas, superexplorados, mal remunerados, como os casos

mais conhecidos do Movimento de Guariba e as greves protagonizadas pelos cortadores de cana-de-açúcar, na Zona da Mata de Pernambuco. A questão agrária não somente se revitalizou, como também teve um dos seus principais elementos em relevo, ou seja, o elevado índice de concentração fundiária, as desigualdades sociais a ele atrelados e os reflexos no crescente número de expropriados, excluídos e de famintos.

Há toda uma trajetória de confrontos que propicia estudos e informações importantes para se compreender a questão agrária, via os conflitos pela posse da terra, reforma agrária; já em relação às lutas salariais, melhores condições de vida, apesar de ocorrerem em diversas porções do território, estas não têm marcado a cena política, com exceção dos sindicatos que representam categorias com amplitude orgânica nacional, como os bancários e petroleiros. Todavia, diferentemente da conjuntura econômica e política e da capacidade de mobilização e consciência política dos sindicatos dos anos 1980 e parte dos 1990, num piscar de olhos, os sindicatos e as centrais fecham acordos, sendo que, em alguns casos, têm que enfrentar as discordâncias dos trabalhadores na base.

Parte desse quadro lastimável pode ser explicado pela situação de extrema fragilidade em que se encontra a maioria dos trabalhadores, a substituição crescente de trabalho vivo por máquinas com o desenvolvimento (destrutivo) das forças produtivas, das técnicas (MÉSZÁROS, 2002), em face das ameaças constantes de demissões, do fechamento de empresas etc. Enfim, tudo isso vale também para as demais categorias, com pouquíssimas exceções, que estejam conseguindo alcançar as reivindicações – vide a queda do salário real, nos últimos 5 anos, divulgada recentemente pelo DIEESE, na grande imprensa, das principais categorias de trabalhadores, no Brasil, do ponto de vista do poder político que ainda têm ou que já tiveram, dentre as quais estão: metalúrgicos, bancários, petroleiros, professores universitários das Universidades Federais, metroviários etc.

O que não podemos ignorar, em acréscimo, são as disputas internas à classe trabalhadora.

O processo de fragmentação dos trabalhadores, caracterizado por dissensões políticas, ideológicas e de cariz pessoal, em vários casos, internamente ao movimento sindical, reflete tão-somente a magnitude das fissuras existentes, as quais não começam nem tampouco terminam nos limites das filiações dos sindicatos às centrais sindicais.

Em certa medida, essas disputas mais parecem uma batalha *campal* nos tribunais de justiça do trabalho, a fim de garantir *reserva de mercado* e protagonismo burocrático das “lutas”, para gerir os recursos da contribuição sindical, e menos para exercer a representação dos trabalhadores, sendo que, nos bastidores, sobretudo no âmbito das federações, confederações,

centrais, fecham-se acordos e se fazem alianças, em vários casos, em desagrado aos trabalhadores da base, mas o que mantém as disputas judiciais no âmbito local, pois isso significa prestígio político para as diretorias, manutenção de privilégios para os diretores, recursos financeiros para os sindicatos.

Tendo em vista o peso decisivo do estranhamento e da alienação, ampliam-se as travagens que determinam a (des)identidade de classe do trabalho, ou a noção de pertencimento ao universo simbólico de classe, também internamente ao próprio mundo do trabalho. O não reconhecimento da autenticidade e legitimidade das formas de organização/representação dos trabalhadores que não sejam os sindicatos, as federações, as confederações, as centrais e, de outra parte, as associações, as cooperativas, as organizações, no âmbito dos movimentos sociais, e vice-versa, nos põe preocupados diante dos desafios que se apresentam para a classe trabalhadora.

Os trabalhadores inseridos na seara sindical têm dificuldades ou resistências para entender e aceitar a existência das demais formas de organização da classe trabalhadora, sendo o contrário igualmente verdadeiro. Isto é, os trabalhadores vinculados aos movimentos sociais e demais estruturas organizativas não reconhecem os trabalhadores e suas entidades sindicais como aliados etc. A convivência internamente aos marcos da classe trabalhadora é conflituosa e fundada, em grande medida, nas disputas corporativas e politicamente orientadas para os trâmites legais da justiça do trabalho, como é o caso das entidades sindicais, as quais, historicamente, absorveram como leito privilegiado da luta política as imposições das prerrogativas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Ou seja, é no leito do Estado que priorizam e edificam a disputa política, em total distanciamento dos pontos programáticos dos partidos políticos, como veremos adiante.

Trata-se de situação pouco diferente daquela que precedeu o golpe militar de 1964, porque os embates estavam centralizados nas mobilizações dos trabalhadores, assalariados, agregados, camponeses, meeiros, que vislumbravam proteger-se na terra, já que o debate sobre o modelo de desenvolvimento econômico dividia opiniões, mas a questão agrária ocupava lugar central, notadamente para cumprir seu papel na nascente industrialização dos anos 1970. Nesse momento, as atenções, sobretudo dos setores mais conservadores e que acabaram vencendo as disputas, desde o golpe e depois, com os projetos econômicos e a repressão política, estavam voltadas para a ideia de que era necessário intervir no campo e abafar as mobilizações que demandavam assegurar direitos, do recém-nascido estatuto do trabalhador rural (1963), reforma agrária e acesso à terra.

Lastimavelmente, o que restou desse processo é conhecido, mas o que se destaca é que os mais de 30 milhões de brasileiros que foram expulsos, expropriados das terras e migraram para

os centros urbanos construíram a industrialização do país, construíram as grandes cidades, participaram diretamente da metropolização e da mundialização da economia brasileira, porém, se encontravam, na grande maioria, distanciados da formação política, do sindicato enquanto representante de classe.

Mesmo entendendo que os sindicatos, enquanto estrutura orgânica e institucional de representação dos trabalhadores, tiveram, desde a origem, a atribuição de órgão de colaboração de classe ou de colaboração direta dos trabalhadores para com o Estado (como prescrito na própria CLT), a história mostra que, a despeito de não podermos esperar dos sindicatos ações mais arrojadas, transformadoras, é sobejamente conhecida do público a importante participação destes e de seus líderes e militantes para a resistência e formação política dos trabalhadores brasileiros. Foram inicialmente inspiradas nos ideais libertários do anarcossindicalismo, nos primórdios do século XX, e, depois, pela democratização e conquistas sociais de vulto para os trabalhadores, em particular, e para a sociedade brasileira, em geral, durante a ditadura militar (1964-1985), especialmente a partir de 1980, no entanto, em torno da temática da luta pela terra e da reforma agrária, os sindicatos ainda são ausentes.

Todavia, não foi por falta de instâncias de organização que esse tema se atrofiou, no âmbito dos assuntos centrais para a sociedade e para os trabalhadores. Alguns dizem que é exatamente o contrário, mas eu preferiria ainda atribuir os problemas aos objetivos e aos princípios das instâncias de organização e não propriamente à sua quantidade.

Nesse sentido, poderíamos lembrar, em relação à luta pela terra, as fragmentações internas aos trabalhadores rurais, no âmbito da CONTAG/CUT, e por meio de algumas Federações que atuam regionalmente, como a FETAPE, em Pernambuco, os Sindicatos dos Empregados Rurais (SERs) e a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), como instância federativa (reconhecida, juridicamente, em 1997), e de forma particular as organizações que estão no arco da Via Campesina (MAB, MST, MPA, MMC, MCP), além do MTST e outros.

Outro aspecto também marcante da intolerância, em se tratando de disputas políticas, no âmbito do trabalho, dos sindicatos, dos movimentos sociais, é assunto de grande relevância. Assim, de um lado, para a grande maioria dos sindicatos (tanto com enraizamento no campo quanto na cidade), mas, especialmente, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e, em menor intensidade, os SERs, os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, particularmente no âmbito do MST, são radicais, porque não se propõem o diálogo, não respeitam as leis e o território da ação sindical delimitado pelas extensões de base ou a unicidade sindical. Por outro lado, os trabalhadores e suas lideranças, no arco de influência do MST, avaliam que os sindicatos

não acrescentam à luta política de enfrentamento com o latifúndio, não são confiáveis e tampouco favoráveis à reforma agrária, portanto, não são aliados de classe.

QUESTÃO AGRÁRIA E AS TENSÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Instalada a cizânia e a manifesta dificuldade de comunicação/interlocação internamente ao universo do trabalho ou o movimento multiforme de negação/afirmação do trabalho sob o capital e que não se completa, presenciamos, de forma combinada e onipresente, diversos elementos constituintes das travagens que determinam a (des)identidade de classe do trabalho, o estranhamento que blinda os esquemas de dominação/exploração/sujeição etc. e as fragmentações de sua práxis social e política. São eles: as clivagens corporativas; os fetiches territoriais que nada mais são do que a garantia ao respeito às extensões de base (territorial) dos sindicatos, ou o *respeito cego* à unicidade sindical; num nível mais profundo do estranhamento, o hiato existente para os trabalhadores entre as relações sociais que se dão no âmbito da produção e da reprodução da vida; a constante e crescente fragmentação do trabalho, nos campos e nas cidades, à custa da diminuição dos contingentes formais e com carteira de trabalho assinada, em detrimento do inchaço dos segmentos informais, mais precarizados; permeia a *nova geografia do trabalho*, no século XXI, marcadamente (re)hierarquizada, fragmentada ainda mais à luz do espectro da informalidade, uma classificação em níveis de grandeza que indicam a *(des)importância e prestígio social* do novo trabalhador.

Mas há alguns elementos que agudizam o quadro atual, tornando a questão agrária um tema ainda mais fecundo e vivo de significados práticos, políticos e estratégicos, para os trabalhadores. 1) A intensidade do processo recente de expansão da agropecuária está impactando diretamente a produção de alimentos que compõem a cesta básica, em detrimento da *commoditização* como elemento prioritário para a agricultura do país, dependente do mercado externo e estimulada pelo Estado, sobretudo com a entrada em cena dos agrocombustíveis. 2) Índices alarmantes de desmatamento associado ao total desrespeito a legislação ambiental vigente. 3) Aumento dos já escorchantes índices de concentração fundiária e atrelamento às políticas que são endossadas pelo INCRA e governo federal, para regularizar as terras griladas. 4) Elevação crescente e expressiva do número de famintos, contingente acrescido por conta dos trágicos efeitos do destrutivismo das forças produtivas, por parte do capital, o qual engrossa as fileiras dos desempregados. 5) Outros temas emergem, como a necessidade de vincular a expropriação e a

expulsão de posseiros, camponeses, pescadores artesanais, oleiros, aos problemas vinculados à produção, distribuição e comercialização de energia elétrica, para outros segmentos da sociedade.

O que está em questão é pensarmos a amplitude do que poderíamos delimitar, no âmbito da questão agrária, como seu componente de classe. Essa face, apesar de ainda não ter repercutido como desejado, na sociedade, adianta, por meio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a necessidade de ampliar os horizontes da luta de resistência, ou que não se restrinja às barrancas dos rios, nos locais de construção das UHE, mas que ganhe outros setores da sociedade, os segmentos urbanos dos trabalhadores que também são duramente atingidos pelas mesmas empresas, só que no âmbito do consumo e dos altos preços cobrados.

No tocante aos níveis de exclusão e de desemprego, a ocupação de terra e as bandeiras da reforma agrária são os principais aspectos da questão agrária no Brasil. Nesse eixo de lutas, apresentam-se os demandantes que protagonizam o confronto com os latifundiários, com o grande capital, com o Estado, ou seja, os movimentos sociais, particularmente congregados na Via Campesina (MST, MMC, MAB, PJR, MPA), MTD, CPT, MTST e outros, alguns sindicatos comprometidos (STR e SER) e federações vinculadas à CONTAG, como em Pernambuco e Paraíba. Temos focado esse assunto e apontando para a necessidade de se retomar urgentemente o elemento central em torno da questão agrária, no Brasil: a necessidade da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar e Energética, e, para tanto, o controle genético das sementes e a defesa de políticas públicas capazes de viabilizar o enraizamento do campesinato na terra. As disputas por terra, ou pelo acesso à terra, explicitam ainda outras facetas da luta de classe vinculadas às bandeiras mais amplas, como a construção do socialismo.

É no cenário dos enfrentamentos e disputas entre os trabalhadores – assalariados, camponeses, meeiros – com o capital (nacional e transnacional), proprietários de terra/latifundiários, conglomerados envolvidos nos empreendimentos agroindustriais, mineradores, madeireiros, cerealistas, que se edificam os territórios da luta de classes. Enfim, é por esse caminho que vai sendo (re)edificada a relação capital x trabalho e as demais formas de confrontação com o capital, marcas da fragmentação do trabalho, nessa primeira década do século XXI.

Finalizando, mais uma vez, a questão da terra é pensada apenas pelo viés do mercado. O que é uma terra produtiva? Será aquela que assegura pastagens para milhares de bois e/ou soja, gerando pouco trabalho (a maioria degradante), concentrando terra e renda e com substanciais impactos ambientais? Ou as atividades centradas nas aptidões dos ambientes (agroextrativismo, cultivos de alimentos em acordo com resgate da cultura, o plantio de sementes crioulas, a não

utilização de agrotóxicos, em sintonia com a soberania alimentar, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas)?

A razão fundante dos problemas agrários brasileiros, a qual, gradativamente, piora as condições de vida dos camponeses e trabalhadores do campo, continua sendo a grande exploração capitalista, travestida de empresas rurais modernas (agronegócio, ou seja, o latifúndio moderno) que intensificam a concentração fundiária, a centralização de capitais, de sorte a degradar homens e meio ambiente como condição para assegurar as condições de geração de mais lucros.

A discussão da reforma agrária não deve passar apenas pelo conceito de produtividade ou de não-produtividade da terra. Deve contemplar o conceito de qual modelo de desenvolvimento se quer para o Brasil. Por exemplo, é preciso perceber a necessidade de prover as necessidades sociais adequadamente, e isso só é possível a partir do fortalecimento da agricultura familiar/camponesa e agroecológica.

Inegavelmente, o modelo de desenvolvimento agrário brasileiro está condenando a sociedade a vivenciar a inconstância dos preços dos alimentos, a impraticabilidade da segurança alimentar e, o pior, o aumento das fileiras dos famintos. É necessário apostar num outro formato organizacional para o agrário, sob o foco de um projeto de desenvolvimento rural que seja capaz de priorizar a dimensão agrícola da terra, à base da organização familiar camponesa, portanto, o outro formato e referencial de utilização da terra é romper com a estrutura de poder.

Com isso, quero afirmar que esse modelo de sociedade não está condenado ao insucesso somente no âmbito da produção de alimentos, tampouco pela desigualdade incorrigível que lhe dá sustentação. É necessário apostar na emancipação da irracionalidade sistêmica do capital, rumo à liberdade plena dos homens da exploração do trabalho.

Por isso, a questão agrária e a luta de classes são essenciais para nos posicionarmos sobre as formas de controle e dominação do trabalho no Brasil. Reitero, portanto, que diálogo, por essência polêmico, é necessário.

REFERÊNCIAS

DELGADO, G. C. Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra: Um Estudo da Reflexão Agrária". **Estudos Avançados**, v. V.15, p. 157-172, 2001.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária brasileira: a classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. n.5.

THOMAZ JUNIOR, A. Totalidade viva do trabalho reforma agrária e soberania alimentar. (uma reflexão autocrítica da classe trabalhadora e a luta de classes no Brasil). In: BATISTA, R. L.; TUMOLO, P. **Trabalho, economia e educação**. Londrina: Práxis, 2008. p.367-389.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009, 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas. São Paulo, **Revista da ANPEGE**, V.7, Nº 1, 2011. p. 307-329.

THOMAZ JUNIOR, A. Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, C. P. (Orgs.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica - Propuestas y desafíos**. Quito: Clacso/IAEN, 2014. pp. 181-198.

Recebido em: Outubro de 2015

Aceito em: Novembro de 2015